

Inadaptação e normatividade

Eduardo Passos

Desde a década de 1930, Deligny desenvolve o seu exercício clínico-político, o que frequentemente se designa por “crítica institucional”. O seu campo problemático se articula por entre os domínios médico, jurídico, psicológico e educativo; se condensa na noção de inadaptabilidade e se compromete com crianças e jovens à margem, inadaptados.

A França desde a ocupação nazista e mesmo depois da Liberação passa a se preocupar com as crianças e jovens desviantes, entendidos como em perigo moral e para quem se endereçam medidas corretivas. É criado o conceito de *infância inadaptada* num cenário em que se descriminaliza a vagabundagem ao mesmo tempo em que se submetem esses desviantes às práticas que Foucault chamou de ortopedia da moral. Disciplinar é a diretriz médico-jurídico-educativa, o que significa dizer que são montados dispositivos a um só tempo de assujeitamento e de subjetivação para esses que estão à margem.

Deligny muito cedo criticou o sentido disciplinar das práticas institucionais com as crianças inadaptadas. Já na década de 1940 olhava à frente, antecipando o que nos anos 1960 e 1970 se tornou a Análise Institucional que em Paris 8 fez escola e que ele ajudou na formulação com suas publicações nos *Cadernos da Fgéri* (Fédération des Groupes d'Études et de Recherches Institutionnelles) fundados por Guattari em

1968 e nos *Cadernos d'Immuable*. Sua sensibilidade clínico-política o torna muito atento às formas de assujeitamento, o que explica sua desconfiança frente ao conceito de sujeito.

Dispersar é a estratégia de escape das formas insidiosas de captura. Sua luta se fez por um modo de se deslocar no espaço, errante. Uma errância revoltosa que fez Deligny se deslocar incessantemente, escapando das instituições para acionar outros processos de institucionalização. Eis o pradoxo de seu trajeto: estar no movimento instituinte conjurando a forma instituída; escrever incessantemente para dizer o inefável; repetir, repetir para ficar diferente; apostar no costumeiro, no imutável para garantir a alterização.

A Grande Cordée foi a primeira criação institucional de Deligny. Em 1948, ele propõe uma via alternativa para jovens inadaptados que de outra maneira poderiam estar na prisão, no asilo ou em centros de internação. A Grande Cordada – como Noelle Resende (2016) traduziu enfatizando esse sentido que a expressão ganha no alpinismo – constituiu uma rede de lugares, como albergues de juventude, onde os jovens poderiam passar o dia em circunstâncias favoráveis para tecer outros destinos. A aposta foi: 1) na criação de meios favoráveis para esses jovens, apostar nas circunstâncias propulsoras para alterar o destino deles; e sobretudo 2) na reversão do sentido de inadaptação, uma reversão crítico-clínica que: 1) toma a inadaptação a partir de suas causas sócio-políticas; e 2) torna positivo o que tinha o caráter negativo de delinquência, desvio, patologia. Inadaptação deixa de ser categoria de acusação ou de patologização para ganhar um sentido a ser afirmado. Deligny designa os jovens inadaptados acolhidos na Grande Cordada de « vítimas-testemunhas » (DELIGNY, 2007a). Testemunhas de quê? Testemunhas a um só tempo das formas de assujeitamento e das formas de resistência. Os inadaptados resistem e nos ensinam a resistir.

O que fazer frente ao inadaptado, então? Nunca aceitar a primeira resposta a esta pergunta, a resposta instituída. Portanto não é questão curá-lo, corrigi-lo, educá-lo, mas cuidar dele, o que significa aprender

com ele, estar próximo, ser uma presença próxima, conectar-se com ele, aceitar ser um ponto de sua rede: deixar-se apanhar pela teia da aranha. A atitude é aracniana. A rede é um meio favorável. A aranha tece redes e cria circunstâncias. É preciso fazer rede e deixar-se enredar.

A ideia de circunstância, Deligny desenvolve a partir de Henri Wallon. O conceito de inteligência prática ou espacial proposta pelo psicólogo permite a Deligny pensar o real como a dimensão em que “ação e coisas se fusionam” criando a unidade inseparável entre objetivo e subjetivo. O real está no agir para nada, no agir por agir, sem intencionalidade, sem reflexão. A ação no espaço, o gesto, o traçado, o percurso são índices do real.

Deligny elogia o traçado. O traço é suporte para o surgimento da linguagem, sendo mais fundamental do que ela para o humano. Traçar é agir para nada. É a expressão de um humano primordial anterior às intenções conscientes do homem que nós somos. O humano antes de simbolizar e representar o mundo, gesta e gesticula, habita o real. Traçar é um gesto humano anterior à linguagem, o que indica para Deligny a direção de uma involução para aquém da significação, lá onde o simbólico é antecedido pelo registro costumeiro, repetitivo, inato, uma agir inato no espaço. Traços como percursos no espaço que podem ser cartografados.

A defesa de Deligny pelo fundo inato do humano, disso que ele designa como “humano de natureza” ou de “comum da espécie”, nos indica a aposta em um aquém da cultura civilizada, das normas sociais, das regras institucionais e das estruturas simbólicas da língua. Esse humano de base é acessado pela involução e pela recusa dos pressupostos do homem que nós somos.

Mas qual é o estatuto desse inato? Eis uma questão difícil, pois não podemos admitir que Deligny esteja defendendo qualquer forma de determinismo hereditário. Ao criticar as políticas para os delinquentes, ele recusa o sentido corrente de hereditário que supõe que as crianças inadaptables têm um mal inscrito em sua natureza. Deligny

defende o inato não hereditário, o comum que não se inscreve como determinismo biológico.

A proximidade de Deligny com Henri Wallon o coloca na tradição da psicologia materialista que afirma a importância da relação com o fora de si, com as circunstâncias da realidade exterior ao indivíduo. A subjetividade se produz a partir das superfícies de contato com o real no qual estamos imersos. Por isso, Deligny não aceita a tradição intimista e essencialista dos estudos da subjetividade, afirmando seu apreço pelo fora, pelo espaço, pelo real, pelo político.

É essa inclinação política de seu trabalho que o aproxima tacitamente do movimento da saúde mental que no mesmo ano de 1972 Basaglia (2009), na *Instituição negada*, designou de psiquiatria democrática e Deleuze e Guattari (2010), em *Anti-Édipo*, chamaram de psiquiatria materialista, um outro nome para a esquisoanálise.

Frente ao real, o materialismo estranho de Deligny não é de sustentação fácil. Pois se de um lado ele afirma que o homem se constitui mergulhado no real, em contato com ele, tal posição não pode se confundir com o ambientalismo pavloviano ou behaviorista. Por outro lado, Deligny é crítico do pressuposto de um real que nos determina *in absentia* e que, nas bordas de sua falta, estrutura a linguagem, restando-nos a realidade simbólica.

Nem ambientalismo nem estruturalismo, Deligny defende outra concepção de real que se impõe como coisa inassimilável às formas instituídas, como limiar revoltoso que, por sua condição espacial de limite, não está completamente dentro nem fora. Diz Deligny (2007b) nos *Vagabundos eficazes* (1970): «tomar o instituído por onde eu posso, para colocar seu nariz na Coisa, para o esvaziar um pouco a pretensão inflada».

Sim, há no homem que nós somos uma pretensão de ser mais do que somos. Só que não; Deligny diria *quasiment* em sua estilística para negar tudo que se pretende de significado definitivo, mesmo algo que

Deligny mesmo haja afirmado – porque não se pode ser efetivamente radical sem que a ação crítica retorne sobre si.

O homem que nós somos não está na base de nada e consequentemente não pode ser o critério de avaliação do humano. Eis o mais especial do pensamento de Deligny: o homem não é a melhor expressão do humano. Daí o interesse pelo inadaptado. Nele encontramos menos homem e mais do humano. Deligny quer estar próximo dos inadaptados, quer ter esta experiência espacial com eles.

A ênfase de Deligny na experiência espacial aponta para a importância do encontro – não um encontro qualquer, mas aquele que se faz na radical alteridade e não na semelhança. Um encontro com a alteridade impede a *semelhança* como ele gosta de dizer. Nesse encontro não mais nos reconhecemos como homens que nós somos, nos alterizamos. Trata-se de uma alteração sem a manutenção da imagem do que somos: uma alteração sem outrem.

O encontro com a alteridade radical para Deligny indica uma direção involutiva, indo para aquém do homem, numa rotação como a dos *Limbo do pacífico* de Michel Tournier (2001). O esforço comum do aracniano indica o estranho comunismo materialista que não é aquele dos homens iguais ou semelhantes; melhor seria dizer um comunismo das coisas no espaço. A presença próxima com os autistas em Cévennes são experiências de dissolência subjetiva, o que equivale dizer dissolências no espaço: espacialização. Dissolvemos na “área de convivência”, na experiência que Deligny designa de polo N, um nós-aí não “mais pensado como reunião de ‘particulares’”. Tratava-se de um lugar” (DELIGNY, 2007c).

O elogio ao comum e ao inadaptado retroage, então, sobre a noção de adaptação. Marlon Miguel (2016) nos mostra que o conceito de adaptação ganha sentido acrobático em Deligny. Uma adaptação sempre precária, cambiante, por tentativas provisórias que não se consolidam como normas definitivas. Daí, diz Marlon, uma «normatividade do corpo-aí presente» (p. 12). É esta relação entre inadaptação e normatividade que precisamos enfatizar.

Nas primeiras experiências de Deligny (1938-1965) ele passa pelas instituições ligadas à infância e à juventude – uma classe especial para crianças com dificuldade, um asilo psiquiátrico e um centro de observação e triagem de delinquentes.

Não creio, no entanto, que se possa dizer que Deligny gosta do asilo nem tampouco que ele não faz juízos de valor frente à criança inadaptada. A relação de Deligny com as instituições de saúde e educação problematiza os sentidos instituídos e libera sentidos instituintes. Esta dupla dimensão das instituições – instituído/instituente –, em Deligny, corresponde à duplicidade homem que nós somos/humano, e por outro lado, corresponde também à distinção entre norma e normatividade segundo a formulação de George Canguilhem (1978), esse seu contemporâneo.

Canguilhem sabe que não há clínica sem avaliação do que vai bem e do que vai mal, do que é normal e patológico. No entanto, no caso da saúde mental, tal avaliação não pode se restringir àqueles cujo sofrimento é tratado em asilos. Depois de Canguilhem, talvez como um dos desdobramentos possíveis dele, a Piscoterapia institucional coloca em análise a própria instituição, abrindo o caminho para o que entre nós no Brasil ganha o sentido forte de movimento da reforma psiquiátrica.

Essa é realmente uma diferença importante entre o pensamento clínico-político no Brasil e na França. Enquanto na França temos experiências importantes de reinvenção em asilos como Saint Alban, La Borde e Armentières, no Brasil a direção foi a da desinstitucionalização passando necessariamente pela desospitalização. Mas apesar dessas diferenças, há um comum na crítica às instituições feita por Deligny e por nós na reforma psiquiátrica brasileira.

Deligny é um crítico das instituições e tem um grande interesse por esses que «estão nos quartos ladrilhados de branco, habituados ao seu exílio» (DELIGNY, 2007d). Não creio que haja em Deligny um elogio do exílio, mas a identificação aí de uma oportunidade para acessar essa dimensão do humano que, embora comum da espécie, tende a ser

soterrada, fossilizada, pelo homem que nos tornamos. Tanto é assim que Deligny avança seu projeto na direção de Cévennes numa relação com os autistas fora dos muros.

Deligny diz nos *Vagabundos eficazes*: “com os psicóticos graves e os retardados profundos, é outro o caso. É necessário, com eles, avançar mais profundamente em si mesmo e se dar conta que o arsenal do instituído, sua potência, sua permanência, suas torres de defesa e seus radares estão em cada um de nós”. Com eles é necessário avançar na crítica ao que somos, ao que nos tornamos.

Há aqueles que estão fora das normas, que não cabem nos limites da normalidade, esses que de direito não se enquadram. Deligny expressa em sua obra o grande apreço por estes inadaptados e defende o direito à normatividade fora da norma, seguindo as indicações de Canguilhem. Normatividade e não normalidade; normatividade como potência de criação de normas ela mesma não normal – o mais vívido do vivo, seu fundo vital como está proposto no *Normal e patológico*.

Criticar a medicina positivista não significou para Canguilhem recusar todo e qualquer juízo de valor, pois as ciências da vida não podem se fazer sem a avaliação do que é normal e do que é patológico. Recusar o sentido estatístico da normalidade não é incompatível com a afirmação do sentido básico da normatividade do vivo. E se se trata de normatividade como potência viva para a criação de normas para si, é preciso pensar por tentativas, sem determinismos autoritários, construindo ferramentas que nos permitem esquivar das formas hegemônicas de si e das instituições, nossas “constantes normais” como designou Canguilhem.

A inadaptação social não significa necessariamente um comprometimento da normatividade do vivo. O inadaptado aos olhos de Deligny recusa a normalidade do homem que nós somos. Nele a normatividade se expressa em seu estado bruto – arte bruta do humano.

Se é assim, creio que podemos dizer que o trabalho de Deligny foi clínico-político, não só porque cuidava dos inadaptados, mas sobretudo

porque, ao cuidar deles, promovia a experiência da presença próxima que, em última instância, nos trata, trata do homem que nós somos.

Referências

- BASAGLIA, F. (2009) *A instituição negada*. Rio de Janeiro : Paz e terra.
- CANGUILHEM, G. (1978) *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.
- DELEUZE, G. & GUATTARI (2010) *O anti-Édipo*. São Paulo : Editora 34.
- DELIGNY, F. (2007a) «La Grande Cordée» in *Oeuvres*. Paris: Arachnéen
- DELIGNY, F (2008b) «Vagabundos eficazes» in *Oeuvres*. Paris: Arachnéen
- DELIGNY, F (2007c) «Au dééfait du langage» in *Oeuvres*. Paris: Arachnéen
- DELIGNY, F (2007d) «Le paviloon 3» in *Oeuvres*. Paris: Arachnéen.
- MIGUEL, M (2016) *À la marge et hors-champ L'humain dans la pensée de Fernand Deligny*. Tese de doutorado defendida na Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis – ED 159 – Esthétique, Sciences et Technologies des Arts / EA 4010 – Arts des Images et Art Contemporain e na Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ (PPGF).
- RESENDE, N. (2016) *Do asilo ao asilo, as existências de Fernand Deligny: Uma crítica à Lei, ao Sujeito e a Instituição*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós- Graduação em Direito da PUC-RJ
- TOURNIER, M.(2001) *Sexta-feira ou os limbos do pacífico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.